

SOBRE A DESCONEXÃO CONTEMPORÂNEA DA PRÁTICA, OU POR UMA ARQUITETURA COMO IDEIAÇÃO CONSTRUÍDA DO ARQUITETO

Fabrcio de Francisco Linardi, Manoel Lemes da Silva Neto

Resumo

Discute-se a arquitetura no Brasil a partir da noção de prxis. Da dinmica indis-sociável entre ação teórica e ação prática. A prxis é intrínseca ao fazer arquitetura revelando, pela análise, diferentes níveis de interação entre suas dimensões que ora se aproximam, ora se afastam. A prxis é sensível ao contexto. Tanto relacionada ao corpo disciplinar da arquitetura, quanto à conjuntura política, econômica e cultural vigente em cada período histórico, interpenetrando-se. A busca consciente de realizações de ideias-projeto, da ideação construída, pode apresentar uma leitura histórica da produção de arquitetura no Brasil a partir do século XX por meio da ótica da prxis. Paradoxalmente, no tempo presente, a prxis da arquitetura brasileira contemporânea tem sido influenciada pelas circunstâncias conjunturais das últimas décadas e o debate da arquitetura, substancialmente reprimido ou calado, outorga à ação projetual uma ação unicamente obediente ao mercado.

Palavras-chave: Prxis da Arquitetura. Arquitetura contemporânea Brasileira. Debate Arquitetônico

PRÁXIS E IDEAÇÃO NA ARQUITETURA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Le Corbusier afirmava nas primeiras décadas do século XX que era preciso criar o estado de espírito da arquitetura moderna. O arquiteto franco-suíço sabia que os novos ventos da modernidade somente iriam frutificar em edificações após florescer como ideais da sociedade. Como se fosse consciente da noção de práxis, Le Corbusier cumpriu em vida o duplo papel: de difusor dos ideais modernos e de projetista de algumas das mais importantes obras da arquitetura moderna.

A ideia de práxis aqui explorada revela-se à medida que se reconhece que os elementos teóricos e práticos se interligam nos fatos da arquitetura. Por mais que o reconhecimento da contribuição do arquiteto quase sempre esteja vinculado aos objetos arquitetônicos que cristalizam na matéria toda concepção teórica, não há como descartar a importância dos momentos que antecedem a materialização arquitetônica. São esses momentos férteis de ideias e de trocas que preparam o ambiente intelectual e iluminam o espírito criativo dos projetistas para as novas materializações.

Ao revisitar a historiografia da arquitetura brasileira com atenção aos momentos antecedentes às grandes obras, é possível perceber uma série de acontecimentos essencialmente teóricos, de trocas de ideias e de conhecimento que mantém forte relação preparatória da mentalidade que possibilitou tais obras.

Por exemplo. É difícil definir consensualmente se o princípio da arquitetura moderna no Brasil se deu com as cartas de Gregori Warchavchik e Rino Levi em 1925¹ ou somente com a edificação da Casa da Rua Santa Cruz, em 1928. Mas sob a expressão da práxis, esses eventos formam um conjunto de trocas de conhecimento e de materializações que compõe um todo coerente.

Ou ainda. É possível admitir que a atuação de Lúcio Costa, como coordenador do curso da Escola Nacional de Belas Artes, em 1930, tendo sido primordialmente teórica, influenciou decisivamente na formação de muitos arquitetos modernos brasileiros.

De mesmo modo, as duras críticas de Max Bill à obra de Oscar Niemeyer resultaram em um olhar mais atento às habitações de Affonso Eduardo Reidy, ou até mesmo podem ter influenciado a revisão da obra de Niemeyer descrita no texto “Depoimento”, publicado pela revista *módulo* em fevereiro de 1958. Alguns anos depois, este pequeno texto influenciou notoriamente a obra de Vilanova Artigas, expressando-se no edifício da FAUUSP, o melhor exemplar da práxis na arquitetura ao concretizar, no edifício para uma escola de arquitetura e urbanismo, o projeto político pedagógico da “melhor faculdade do mundo” (ACAYABA, 2007, p. 28) até aquele período.

Todos esses eventos entrelaçam-se em um conjunto de debates e produções que, tendo como pano de fundo a ideologia moderna, pode ser reconhecido como per-tinentes ao mesmo debate arquitetônico.

¹ Rino Levi, paulista nascido em 1901, ainda estudante na Real Escola Superior de Arquitetura de Roma, enviou uma carta para publicação no jornal *O Estado de São Paulo* intitulada “A Arquitetura e a Estética das Cidades”. Gregori Warchavchik, arquiteto russo, naturalizado brasileiro, formado em Roma, publicou no mesmo ano, no jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, o artigo “Acerca da Arquitetura Moderna” (XAVIER, 2003). Ambos no ano de 1925.

É a essa interrelação indissociável e dinâmica entre teoria e prática, ou, ainda, do debate e da produção arquitetônica, que identificamos como práxis da, e na, arquitetura.

Por debate, entende-se o conjunto de momentos de troca de conhecimentos, do compartilhamento do saber arquitetônico, de caráter intelectual. Diz respeito ao trabalho de reflexão sobre o espaço habitado sem o desdobramento construtivo, material.

Sobre a produção, diz respeito à aplicação concreta do saber-fazer arquitetura orientada por um debate, do conhecimento adquirido refletindo-se na produção material do espaço.

No Brasil, a práxis da arquitetura moderna teria se manifestado mais categórica entre as décadas de 1920 e 1970, deixando importantíssimo patrimônio edificado em todo o país, mas especialmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Em princípio, esse período presenciou uma práxis aproximada, isto é, com intensa interrelação entre o debate e a produção, entre teoria e prática da arquitetura. Em momentos como esses, assistimos à proliferação da produção de arquiteturas repletas de ideação construída, visões de mundo que orientam o desenho de arquitetura. Isto é, arquitetura como ação política revelada na materialidade arquitetônica.

O QUASE FIM DE TUDO E O FIM DE QUASE TUDO

Em 1964, o avanço da política autoritária instalada no Brasil também se repercutiu na práxis. Interrompida bruscamente, assistiu-se a uma completa desconexão entre debate e produção da arquitetura. A nova ordem constrangeu o livre pensar, combateu a ação política.

Em muito pouco tempo, grande parte das contribuições que resultaram dos debates anteriores foi desmoronando. Cerceados pela ditadura, também os espaços de debates se viram duramente cerceados.

Na prática, o golpe militar representou uma mudança significativa no fazer e no pensar arquitetura. A possibilidade de continuar realizando projetos estava condicionada à obrigação de não incomodar a nova ordem. Conduzido pela força, o afastamento entre o discurso e a ação coibiu o debate, condicionou a ação prática ao ativismo técnico meramente instrumental e esvaziado de ação política.

As arquiteturas brasileiras, então, calaram-se. Ausentaram-se a ideação e a ação política.

Ainda assim, alguns episódios merecem menção devido ao caráter de luta e resistência contra o cenário antidemocrático e pouco profícuo para a arquitetura durante o período autoritário. É o caso da atuação teórico-prática de Vilanova Artigas e do Grupo Arquitetura Nova.

João Vilanova Artigas, em duas ocasiões, buscou ampliar o debate.

Primeiramente, em 1967, voltando

² O livro “O canteiro e o desenho” é uma compilação de dois textos publicados em 1976, nos números 2 e 3 da revista Almanaque. Os títulos eram “A forma da arquitetura e o desenho da mercadoria” e “O desenho”. O livro foi publicado em 1979, reeditado em 2005 por Vicente Wissenbach e 2006 organizado por Pedro Fiori Arantes.

³ LINARDI, 2017.

⁴ LINARDI, 2019.

à FAU proferindo a aula inaugural no novo edifício da faculdade na Cidade Universitária, quando abordou o tema “O desenho” (ARTIGAS, 2004, [1967], p. 108-118).

Não podendo ser considerada uma afronta direta ao regime militar, a aula e o tema foram uma forma polida de ressaltar a importância da intelectualidade no trabalho do arquiteto, e, a ele subjacente, da ação política.

No “desenho”, Artigas ressaltava o “desígnio” como prática ativa na transformação da cidade.

Com tal argumentação, o seu feito não foi pequeno. Atribuiu à ação do desenho uma atitude subjetiva e, portanto, política. Preconizara que o processo do projeto de arquitetura é indissociável da ação política.

Depois, em 1984, na mesma FAU. Foi quando se submeteu ao concurso para professor titular, abordando o tema “a função social do arquiteto” (ARTIGAS, 2004, [1984], p. 186-231). O foco, a importância do trabalho do arquiteto para a sociedade.

Nessa oportunidade, Artigas, novamente, ressaltava a importância da intelectualidade e da subjetividade no trabalho do arquiteto, indagando-se que a possibilidade de realização da boa arquitetura somente se dá no ambiente de liberdade de pensamento.

Reafirmando sua posição ideológica de 1952, disse o seguinte.

“Mantenho a convicção de que só profundas mudanças sociais na estru-

tura política em que vivemos poderão fazer com que nossa arquitetura encontre o equilíbrio entre a forma e o conteúdo, entre a beleza e a finalidade” (ARTIGAS, 2015, p. 195).

Outro caso de atuação teórico-prática emblemática à época.

Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império. Três colegas de turma, mais tarde reconhecidos como grupo Arquitetura Nova, ganhavam destaque pela postura crítica radical frente ao regime militar e, conseqüentemente, frente à práxis arquitetônica.

Ao longo da década de 1960, realizaram, juntos, uma prática profissional que, influenciada pela interlocução com Vilanova Artigas, se destacara pela crítica à política desenvolvimentista e pela pesquisa construtiva e espacial que radicalizava contrariamente as orientações recebidas na FAUUSP durante o período de formação (KOURY, 2003, p. 26).

Sérgio Ferro, que se tornaria um dos mais radicais críticos do novo regime e da condição imposta por estes aos arquitetos, descreve esse mal-estar de sua geração no texto intitulado “Arquitetura Nova” (FERRO, 2006, [1967], p. 47-58), em 1967. Para Ferro, as possibilidades de atuação do arquiteto, como profissional que reflete a sociedade, diminuíram substancialmente desde que deflagrado o golpe militar.

A principal crítica de Sérgio Ferro estava na maneira como o novo regime abandonara toda e qualquer preocupação no desenvolvimento de uma cultura

nacional para atender a posição subserviente de colônia de países centrais. E, por essa razão, a política entreguista interrompe todo o debate e reflexões até então alcançados, apropriando-se dos avanços obtidos em proveito próprio, limpando qualquer resquício de denúncia das contradições do novo regime.

Assim, coube aos arquitetos trabalharem dentro das circunstâncias que lhes permitiam alguma liberdade. Isto é, atribuiu-se a condição de esvaziamento absoluto de qualquer proposta transformadora da sociedade por meio do projeto de arquitetura. O resultado é um formalismo gratuito, “hemorragias das pseudos-estruturas” (FERRO, 2006) e “ejaculações arquitetônicas” (LEFÈVRE, 1966, p. 25-26) que, em função de sua própria abstenção, revelavam incapacidade de reação.

Ferro denunciava a condição da arquitetura como comediante, no sentido de que, uma vez que não consegue ser o que deveria ser, se transfigura naquilo que não deveria ser, revelando, como paródia de si mesma, as contradições que não permitem sua existência natural. Afinal, segundo Ferro:

“[...] é somente quando, para se esquecer do que é, superpõe a imagem do dever ser, que a arquitetura se reveste de signos que representam a si própria. [...] Perdida sua razão de ser hoje, arremeda sua utópica possibilidade. Sabe que não é o que aparenta ser sublinha o que sabe não ser” (FERRO, 2006, p. 57).

O grupo defendia que a arquitetura deveria servir como emancipador social a partir da revisão da relação do trabalho imposto no canteiro de obras. No campo concreto, a principal contribuição propositiva do grupo foi a construção em abóbodas de tijolos.

Dois textos marcam o auge da crítica central do grupo. “O canteiro e o desenho” (FERRO, [1979] 2005)², de Sérgio Ferro, e a tese “Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia”, de Rodrigo Lefèvre.

Contudo, as diversas tentativas pontuais de alterar o caminho das coisas não foram suficientes para possibilitar uma retomada da aproximação da práxis da arquitetura durante aquele período. Como resultado, as obras arquitetônicas deixaram de refletir a ideação dos arquitetos para ser materialização da ideação de outros que naquele momento eram os donos do poder.

Para efeito analítico, pode-se dizer que, nesse período, evidenciou-se a primeira desconexão da práxis da arquitetura no Brasil.

APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS DA PRÁXIS

A leitura da arquitetura como práxis foi foco da pesquisa de doutorado defendida em 2017³, agraciada com menção honrosa na modalidade Tese pela ANPARQ em 2018 e publicada em livro em 2019⁴. Este artigo é um desdobramento desses trabalhos.

⁵ Autoria de Helena Ayoub Silva, lançado em 2017, pela Editora Romano Guerra.

⁶ Autoria de Luis Espallargas Gimenez, lançado em 2016, pela Editora Romano Guerra.

⁷ Autoria de Luciana Tombi Brasil, lançado em 2007, pela Editora Romano Guerra.

⁸ Organizado por Abílio Guerra, lançado em 2006, pela Editora Romano Guerra.

⁹ Organizado por Abílio Guerra, Fernando Serapião e Luis Espallargas Gimenez, lançado em 2016, pela Editora Romano Guerra.

¹⁰ Autoria de Renato Anelli, Abílio Guerra e Nelson Kon, lançado em 2001, pela Editora Romano Guerra.

¹¹ Autoria de Marcelo Barbosa, lançado em 2018, pela Editora Monolito.

¹² Contribuições como as de Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, de 2014; Maria Alice Junqueira Bastos e Ruth Verde Zein, *Brasil: arquiteturas após 1950*, de 2015 são alguns dos esforços de interpretação da produção da arquitetura contemporânea como sequência e coerência temporal.

Interpretar a arquitetura sob o ponto de vista da práxis possibilita perceber a intensidade com que o debate e a produção de arquitetura inter-relacionam-se. Ora mais, ora menos conjugados.

Variáveis segundo o momento e o contexto, tais relações ocorrem com tendência à aproximação ou ao afastamento.

Quando teoria e prática se aproximam, o quadro da produção da arquitetura alcança patamares mais elevados. Quando se descompassam, tendem a se comportarem como fins em si mesmos.

No desencontro, os debates não refletem materialidades. A produção, reproduzida inconscientemente, sem reflexão, revisita o que já se fez no passado, volta-se ao anacronismo. Em um ciclo vicioso, a crítica não frutifica, a produção não avança em qualidade.

A direção da práxis aproximada sugere que a produção faz-se acompanhar repleta de ideação desenvolvida entre arquitetos. É a ideação construída. Refere-se à capacidade do arquiteto agir deliberada e conscientemente, refletindo sobre a contribuição de sua ação particular no desenvolvimento coletivo de metas sociais amplas.

A prática do projeto se torna ação política. O arquiteto, enquanto profissional e sujeito político, interfere em seu meio visando melhorá-lo segundo sua visão de mundo.

Por outro lado, um afastamento da práxis inibe a ideação impossibilitando a reflexão sobre a ação. Dessa forma há o condicionamento da ação profissional ao instrumentalismo técnico. Revela a ação

profissional com baixo grau de consciência sobre sua ação e sobre o mundo.

Uma outra interpretação possível a partir dos episódios narrados é sobre a percepção de que a interação da práxis é sensível às tensões da sociedade, reflete e revela as disputas de forças dos diversos agentes sociais às quais toda sociedade está submetida. Significa dizer que a possibilidade de atuação do arquiteto é condicionada às alterações da conjuntura político-econômica-cultural vigente.

No Brasil, os paralelos entre as conjunturas atravessadas pelo país e a história recente da arquitetura mostram ter havido modernização quando os ideais se aproximaram das propostas desenvolvimentistas de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, mas que se desconectaram quando em confronto ao projeto ditatorial de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

A TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO EM UM MUNDO NOVO

Com a distensão política, ressurgem aproximações do sentido de práxis aqui explorado para contextualizar a produção arquitetônica.

Um primeiro momento teria sido destinado a reconhecer os estragos causados por mais de 20 anos de desconexão entre ação teórica e ação prática. Nas décadas de 1970 e 1980, a divulgação e documentação da arquitetura ficaram absolutamente comprometidas. Com o fechamento dos periódicos e editoras

e interrupção dos congressos, cria-se uma lacuna que ainda hoje vem sendo preenchida graças ao trabalho de pesquisadores preocupados com o resgate de produções importantes daquele período. As publicações recentes sobre as obras de arquitetos como Abrahão Sanovickz⁵, Pedro Paulo de Melo Saraiva⁶, Marcello Fragelli (2010), David Libeskind⁷, Eduardo de Almeida⁸, João Kon⁹, Rino Levi¹⁰, Adolf Franz Heep¹¹ cumprem o importante papel de preencher tal lacuna.

A partir de 1980, estruturam-se novas arenas de debate, nascem periódicos importantes.

Projeto (portal Arcoweb) e AU (Pini), de âmbito geral; Óculum Ensaios (PUC Campinas) e o portal digital Vitruvius, de divulgação científica; editoras especializadas, como Romano Guerra e Monolito; e as associações voltaram a promover o debate por meio de eventos, como Docomomo Brasil, nos anos 1990, e a própria ANPARQ, nos 2000.

O CONTEMPORÂNEO COMO CONTEXTO INÉDITO

No entanto, a conjuntura que marca o afastamento da práxis entre o período autoritário e o advento da arquitetura contemporânea é mais do que simples hiato temporal, e de retorno às experiências e práticas pré-existentes.

Nos últimos trinta anos, o mundo se alterou de tal modo que é difícil apreender o debate e a produção da contemporaneidade em sequência

ao que se fez na primeira metade do século XX. Evidentemente, há traços reconhecíveis que nos conectam com os debates do passado: o pós-moderno, ou o pós-Brasília, como alguns teóricos preferem identificar¹².

Porém, de fato, os elementos que caracterizam as circunstâncias da conjuntura político-econômica-cultural do tempo presente são significativamente diferentes. Houve descontinuidades, e carecem de análise e interpretação.

E é essa mudança historicamente sem igual que poderá apontar os motores da transformação ocorrida no ambiente profissional da arquitetura, na interação adaptativa do arquiteto ao novo contexto.

Nesse contexto, quais os efeitos da contemporaneidade na práxis da arquitetura no Brasil?

Aqui, esta é a questão central.

Sob a condição contemporânea, a hipótese é que, no âmbito da política, da economia, da sociedade e da cultura, tais efeitos convirjam para que a práxis seja lançada a um novo estágio de afastamento. Marcante ao extremo, representa verdadeira desconexão.

À medida que o comprometimento do arquiteto com o projeto do sujeito coletivo se retrai, a desconexão contemporânea avança mais e mais; deixando de ser atribuição de arquitetos, a ideação passa a ser exercida por agentes hegemônicos e externos ao ambiente do projeto.

Como decorrência, os arquitetos ficam mais afastados dos debates que orientam a ação, e distantes da possibilidade de realizar arquitetura como

ação política. Cada vez mais, exercem a atribuição técnica de desenhar o reflexo da visão de mundo de outros, e com isso a busca de sentidos no campo da arquitetura tem perdido sistematicamente sua relação política com o mundo.

Vejamos.

O que se denomina condição contemporânea é a interpretação da atualidade por meio da articulação de três sistemas principais e estruturantes da atual conjuntura: (i) o neoliberalismo, como o sistema econômico hegemônico, (ii) a pós-modernidade, como sistema cultural e (iii) o fenômeno da globalização, como sistema político que interfere e organiza os demais.

O neoliberalismo, grosso modo, é portador de alto grau de acumulação da riqueza em mãos de poucos e, consequentemente, de espantoso aumento de toda sorte de desigualdades. Pelo enfraquecimento do poder do Estado e com a abertura franqueada da economia ao liberalismo de mercado, o modelo mantém o *statu quo* garantidor do exercício de poder dos mais ricos.

Dominado pelos países ditos centrais e gigantescos conglomerados econômico-financeiros, a globalização é, por excelência, o sistema político e ideológico essencial à realização da economia do livre mercado. Ampliando a subordinação das economias locais menos resistentes aos projetos de agentes hegemônicos, o fenômeno de globalização reorganiza a geopolítica do mundo e unifica padrões culturais que desestruturam configurações locais pré-existentes.

A pós-modernidade, no entanto, é percebida como centralidade do sistema de cultura; é movimento concomitante a emergência dos sistemas políticos e econômicos, até porque são indissociáveis. Não haveria pós-modernidade se tal arranjo político-econômico inexistisse, assim como não haveria outra hipótese de superestrutura cultural correspondente ao neoliberalismo e à globalização que não a pós-moderna. Esses elementos constituem, mutuamente, as pré-condições para a existência de um e outro. São, simultaneamente, causa e efeito.

O tema da pós-modernidade tem ensejado numerosas e importantes análises. Entre as mais difundidas estariam “a sociedade do espetáculo”, de Guy Debord (1997), e a “modernidade líquida”, de Zygmunt Baumann (2001).

Mas são as leituras de “A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, de David Harvey (1989), e do “Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio”, de Fredric Jameson (1991), que propõem a abordagem indissociável entre o neoliberalismo e o novo amálgama cultural.

Contraposto ao paradigma moderno, o discurso ideológico da pós-modernidade induz à desarticulação da manifestação subjetiva. Por meio da força midiática, o sujeito, menos autônomo, é induzido a estar permanentemente exposto ao mercado e a submeter-se às ordens da globalização neoliberal.

Diz-se, também, que mergulhamos no império das imagens sem referência, sem conteúdo; na espetacularização dos

fenômenos cotidianos acompanhada pelo esvaziamento dos conteúdos semânticos.

No Brasil, a partir da década de 1990, a receita do Consenso de Washington (1989) foi integralmente implementada por um Estado submetido à agenda dos agentes financeiros, como FMI, Banco Mundial e o BIRD. Toda operação foi parte de um ajuste político internacional de alinhamento à nova ideologia de mercado e à cultura do consumo.

Neoliberalismo, pós-modernidade e globalização são dimensões que produzem as linhas gerais de funcionamento do mundo contemporâneo, no qual o sistema de produção material é majoritariamente globalizado, e seu controle e gestão implica na reorganização de grande parte dos eventos de natureza socioespacial.

Os desdobramentos desse processo na sociedade brasileira não foram nada positivos. Indicador seguro do agravamento do quadro nacional, o aumento da desigualdade no país está entre os entre maiores do mundo. Mais e mais apartadas, ricos, classes médias e os pobres territorializam a segregação socioespacial, que se tornou elemento fundamental para entender a perversidade da composição social contemporânea no Brasil. Enquanto as elites garantem relações de acessibilidade irrestrita aos lugares, a fixação dos pobres no território define a localização das pessoas cujo poder participativo decisório sobre os caminhos da sociedade é prática, ou rigorosamente nulo.

Bauman (2001) descreve o surgimento de uma elite extraterritorial e uma

massa localizada. As elites extraterritoriais se caracterizam por serem cada vez mais globais e deterem o poder dos centros de produção de valor e significado. Para estes “fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade, imediatamente ou em pouquíssimo tempo” (p. 22).

Já as massas localizadas são aquelas fixadas no tempo e no espaço por força do próprio sistema, condenadas à vida imobilizada e em baixa velocidade.

O modo de produção tenta acompanhar o tempo de rentabilidade do mercado financeiro. Somado com a flexibilização das leis trabalhistas e da informatização dos postos de trabalho, tais fatores deflagram uma espécie de sentimento de urgência desorganizador de relações humanas consolidadas.

Emprego, família, educação, todas as instituições tendem a perder valor na corrida contra o tempo promovido pela aceleração contemporânea. Temos a sensação de que não há tempo a perder. Richard Sennet (2014) diria que nestas condições não é possível a formação do caráter humano.

É a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados *high tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, a dimensão que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho (SENNET, 2014, p. 25, apud LINARDI, 2019, p.79).

É nesse contexto que se formaram ideias como vida-lixo, emprego lixo, contratos-lixo, que afetam a vida cotidiana esvaziando-a de propósito, de significado e de sentidos.

Sobre as implicações espaciais dessa nova conjuntura, é possível dizer que as ações dos agentes hegemônicos globalizados operam, coerentemente, uma organização própria que lhes garante a produção e reprodução de seus interesses e dos projetos neles envolvidos, e que, para tanto, desorganizam estruturas espaciais histórica e socialmente produzidas.

Consequências da unificação política, econômica e cultural própria do modelo neoliberal, os espaços da globalização transformam seletivamente as localidades destinadas a desenvolverem atividades econômicas dotadas com alto grau de especialidade produtiva; reproduzem e difundem racionalidade, fluidez e competitividade como atributos comuns de um “princípio organizacional” (SILVA NETO, 1998).

Por essa razão, a globalização promove a entropia nos lugares, também refletida na tendência à mesmice da representação da esfera social. De um lado, há uma direta relação entre a produção de espaços hegemônicos e uma pequena parcela da população inserida na lógica global, enquanto de outro, há a relação entre os espaços residuais não hegemônicos e uma maior parcela da população que não é absorvida pela lógica dominante, consideradas pessoas também residuais.

Há uma prevalência em dispendir investimentos de modo desproporcional valorizando os espaços de consumo, produzidos pelos interesses neoliberais, tendo o consumidor como ator prioritário do espaço. E como resultado, há a

ampliação das tensões sociais entre as áreas reestruturadas por tal metodologia e os demais espaços da cidade.

Muito dinheiro é gasto em espaços onde a tônica da dinâmica social é a realização de negócios de grande rentabilidade para poucos, enquanto pouco dinheiro é investido em espaços voltados para o cotidiano do homem comum.

Já no campo cultural, tudo se tornou passível de consumo. Os produtos culturais são ofertados em abundância jamais vista, rechaçando-se produtos culturais que promovam a crítica, a manifestação política e a insurgência. Esses são combatidos com vigor.

A cultura foi transformada “de estimulante em tranquilizante; de arsenal de uma revolução moderna em repositório para a conservação do produtor. Cultura tornou-se o nome de funções atribuídas a estabilizadores, homeostatos ou giroscópios” (BAUMAN, 2009, p. 15).

Pode-se dizer que a criação da sociedade de consumo, o monopólio das mídias pelos detentores do poder, a própria aceleração contemporânea, todos esses elementos outorgaram à grande parte da população uma profunda alienação da realidade do sistema político econômico global. Tal alienação estabelece uma condição intelectual na qual o sujeito não reconhece o todo, ou, mais especificamente, não é capaz de discernir qual a sua posição no contexto dos fatos totais.

ELEMENTOS QUE SUGEREM UM NOVO AFASTAMENTO, OU A DESCONEXÃO CONTEMPORÂNEA DA PRÁXIS

As condições para se pensar e fazer arquitetura alteraram-se radicalmente no contexto regido pela conjuntura contemporânea. Pode-se até mesmo dizer que se assistiu a uma descontinuidade.

Intencionando manter, difundir e intensificar a globalização, o fenômeno impulsiona as atribuições profissionais ao mero instrumentalismo. Significa dizer que a conjuntura político-econômico-cultural do tempo presente opera de maneira a sustentar uma práxis de afastamento pela interrupção da relação debate-produção arquitetônica.

Pois bem. À retirada da perspectiva utópica da ação projetiva, ao cerceamento da ideação de outros futuros possíveis, a esses movimentos caracterizaremos “desconexão contemporânea da práxis”.

Não é difícil perceber que os profissionais da arquitetura têm perdido o interesse pelo debate, pela troca de informações, pela prática experimental de projetos. É certo dizer que nunca houve tantos arquitetos no país, que nunca se viu tanta obra realizada por arquitetos e tão volumosa produção de pesquisa, o que poderia causar a impressão de que a cultura arquitetônica está se alargando.

Mas o ponto crítico não é medido pelo volume da produção. Sob a perspectiva explorada neste trabalho, o problema é que tais dimensões não se repercutem propriamente em debate produtivo e

transformador. Há pouquíssima produção teórica, de projetos e de obras contemporâneas sendo debatida com intensões propositivas de um outro futuro. A decorrência disso tem sido confirmada pela inexistência de espaços de discussão da arquitetura efetivamente praticada. Construída.

Os periódicos e editoras estão se retraindo. Mesmo com a possibilidade de distribuição de livros mais baratos, *on-line*, por exemplo, como *e-books*, já não se vendem livros e revistas especializadas como no período anterior a última modernização. Evidentemente, o processo é generalizado, atingindo todo mercado profissional, mas ainda assim, não diminui nem isenta a coletividade dos arquitetos de refletir sobre as implicações desse outro tempo na prática da arquitetura e, em particular, na formação.

Os congressos evidenciam outro lado da questão. Se hoje temos mais oportunidades de encontros, isso não significa que haja maior desdobramento prático do que é produzido teoricamente nos congressos.

A grande maioria das pessoas pagantes de inscrições nos eventos, são os próprios apresentadores de trabalhos científicos. Oriundos dos programas de pós-graduação, necessitam de publicações validadas em congressos como moeda de troca em seus *curricula* recheados.

Participantes ouvintes, de fora da academia, são cada vez mais raridades nesses encontros.

E quanto dessas trocas de informação iluminam a vida dos arquitetos projetistas? Quantos desses artigos científicos

¹³ Dados extraídos do IGEO CAU/BR em maio e junho de 2021.

são lidos, refletidos e aplicados construtivamente em uma produção edificada consistente? Não seria óbvio presumir que, com tantos congressos acontecendo, nossas obras arquitetônicas revelariam algum alinhamento conceitual com o que se discute nos eventos? Não representaria um melhoramento para qualidade geral das edificações?

Como resultado vemos uma produção repetitiva, cansativa, esvaziada de conteúdo e, conforme a agenda pós-moderna, espetacularizada cada vez mais em imagem fugaz. O papel do projetista tem se alterado para atender as expectativas de mercado que se vale da espetacularização das imagens como impulso de vendas.

Infelizmente, nada mais. A atuação dos arquitetos tem se tornado uma atribuição meramente instrumental dos agentes hegemônicos.

A produção tem se configurado majoritariamente como uma ação de abstenção política, sem contrapartida crítica e sem a ideação própria. Seguem a orientação de mundo de outros agentes que não os projetistas. Arquitetura tem deixado de ser ação política. Tem deixado de lado sua missão de pensar sobre o futuro, sobre o projeto tentativo de mudar o mundo.

A falta da ideação construída na arquitetura indica que seu papel social tem se distanciado, ausentando-se, materialmente, de revelar o que tem de melhor: suas utopias.

A produção tem garantido a manutenção do *statu quo* em troca de uma pretensa segurança de se manter atuante no merca-

do, introjetando, para isso, quinhão cultural significativo do império da imagem, da já banalizada obsolescência programada, da mão invisível daquele mercado liberal que agora se apresenta sem nenhuma máscara moralmente aceitável.

O preço a pagar é alto: abrir mão do propósito de refletir sobre o espaço humano e buscar alternativas socialmente justas e necessárias.

A percepção de que há um movimento em curso emerge quando abrimos os olhos para a dinâmica da profissão nas últimas décadas. Nesse período, verificou-se mudanças consideráveis, em especial no Brasil, tais como: a reestruturação e o perfil dos escritórios de arquitetura, o papel dos arquitetos na produção do mercado imobiliário, a inovação e influência da indústria da construção civil nos materiais e processos, assim como a importância crescente da problemática ambiental no projeto dos edifícios e das cidades.

Mas entre essas novas variáveis, uma, em particular, merece ser destacada como indicador da transição em marcha: o ensino de arquitetura.

Em primeiro lugar, direta ou indiretamente, as escolas recebem e refletem essas mudanças. Depois, elas são depositárias dos sentidos que deverão nortear o acordo intergeracional entre ensino-pesquisa-extensão e sinalizar o futuro da profissão.

A relação entre o acréscimo de escolas a partir da década de 1990 e, mais enfaticamente, a partir de 2010, e a falta de controle sobre o conteúdo oferecido nessas escolas colocam uma questão importantíssima sobre a realidade profissional.

E, por conseguinte, permitem vislumbrar pontos preocupantes para o futuro.

Se observarmos a pirâmide etária dos arquitetos brasileiros, veremos que há hoje um total de 201.404 arquitetos ativos em todo o Brasil. Em 2011 eram 73.519¹³. Há um inchaço expressivo de arquitetos com menos de 30 anos. Grande parte deles completaram seus estudos a partir de 2015, ano em que muitas escolas formaram suas primeiras turmas, ao menos em relação às escolas abertas a partir de 2010.

Em 2021, no Brasil, há previsto um total de 121.456 vagas nas escolas presenciais, e 108.134 vagas na modalidade à distância, o que representa, segundo o site e-MEC, um total de 229.590 vagas distribuídas em 861 escolas. 798 presenciais e 63 EaD.

Significa dizer que no horizonte temporal de cinco anos a quase totalidade desses alunos estarão formados, a quantidade de arquitetos atuantes no mercado de trabalho irá mais que dobrar nesse período. E mais. Metade deste contingente teria se formado, no máximo, há cinco anos, e em um cenário em que não há demanda efetiva, nem tampouco políticas capazes de absorver e qualificar recém-formados inexperientes no mercado de trabalho.

Outra questão preocupante é que, em 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil manifestou-se contrário a reconhecer o registro profissional para estudantes formados na modalidade de ensino à distância, mas como 37 novos cursos de arquitetura na modalidade à distância foram abertos

desde então, dificilmente esse quadro se manterá. Cabe, portanto, questionar qual será, ao final de 2021, o reconhecimento remuneratório sobre a qualificação desses profissionais no mercado de trabalho?

Esse é um primeiro problema a exigir respostas de imediato, mas não é o único. Para o bem ou para o mal, e independentemente do modo como se entende a arquitetura, se dedicada ao projeto no lote, ou engajada nas grandes questões sociais, a que servirá o projeto como mediador das relações edifício-cidade, homem-sociedade?

Portanto, a desconexão contemporânea passa por potencial transformação do modo como vemos e representamos a arquitetura para nós mesmos, assim como pela exigência de desenvolver reações conscientemente assumidas a respeito do processo de formação do arquiteto e de sua atuação profissional.

CONCLUSÃO

As condições e circunstâncias em que foram travados os debates de arquitetura no século XX anunciam a relevância social da ação do arquiteto como práxis transformadora. Ou seja, salientam que análise, reflexão e ação são elementos indissociáveis à arquitetura como ação política particularíssima: é uma ideiação construída.

No que diz respeito à prática de arquitetura no Brasil, a instauração gradativa de uma condição de instrumentalidade da ação do arquiteto tem sido

uma forma de alinhamento com a prática neoliberal de produção do espaço.

O alerta está lançado: há um número crescente de projetos e edificações descompromissados com a questão humanística, prevalecendo preocupações técnicas quase exclusivamente estilísticas, de moda, em edificações contemporâneas inseridas na lógica cultural pós-moderna.

Argumenta-se que é necessário restabelecer a análise crítica do norteamento, este que retira a ideação do arquiteto, e a forma de fazê-lo é ampliar a noção de ação política na ação projetual.

Enfatiza-se a imprescindibilidade das arquiteturas “da ação”, reveladoras do alto grau de consciência da ação política impressa no projeto do arquiteto-agente.

Esse projeto é porta-voz da “arquitetura comum”, de Nestor Goulart Reis Filho (2001, p. 64-73), projeto guiado pela estética do compromisso com a vida concreta, no espaço concreto do humanismo concreto, de Milton Santos (1987), e nos lugares, *locus* da vida cotidiana e da ação política do sujeito-coletivo-usuário do espaço edificado.

Buscar aproximação com a práxis, ultrapassar desconexões, é ampliar as arenas do debate, mas não isoladas, e sim em interação indissociável com a produção. Esse pode ser um caminho da arquitetura como ideação, como ação política, como edificação, como ideação construída.

A busca por uma arquitetura da ação começa ao recusar o lugar comum no qual impera o pensamento de que não há nada a fazer para alterar os caminhos do mundo, e que somente há um projeto possível.

A ideação na arquitetura precisa ser revelada como um projeto de ação, uma ideação coletiva. Capaz de orientar a construção de um mundo sonhado juntos.

PORTA-VOZES

Será injusto e incorreto não reconhecer tentativas transgressoras, aquelas que se sobressaem como arquiteturas dotadas de sentido direcionado à práxis; ação de arquitetos que se dispõem superar os engravos da conjuntura para oferecer uma reflexão importante.

Mas, infelizmente, o meio adverso inibe que essas ações se proliferem em debates. A naturalização de que o quadro contemporâneo está aí para ficar, a inculcação do projeto hegemônico que se apresenta como único possível, são sentimentos que impedem ações corajosas iluminarem a produção ordinária dos milhares de pequenos escritórios Brasil afora.

As circunstâncias atuais fazem com que as transgressões permaneçam estéreis, não prenhes, efêmeras, pontuais. Não frutificam em novos debates. E, o pior. Essas ações, quando alcançam divulgação mais ampla, são veiculadas em meio ao caldo da cultura pós-moderna. Rapidamente esvaziam-se do conceito, transformam-se em imagens aceleradamente consumidas, desfalecem prematuramente.

A arquitetura construída de arquitetos comprometidos com o desenvolvimento social e coletivo precisa ser resgatada. São aquelas que se aproximam da noção da arquitetura impregnada do

“socialmente necessário”, de Ana Clara Torres Ribeiro (2005), assentadas na cidade real, voltadas às pessoas comuns.

O resultado construtivo é fruto da reflexão sobre a sociedade e orientado por uma ideação de caráter humanista e libertário. Affonso Eduardo Reidy e João Filgueiras Lima representam essa classe de arquitetos.

Mais recentemente, o escritório paulistano Terra e Tuma Arquitetos Associados ganhou grande destaque pelo projeto da Casa da Vila Matilde, ou a casa da Dona Dalva, como ficou conhecida. A casa, de 95m², construída em um lote de 120m² e com um orçamento de R\$150 mil reais garantiu ao pequeno escritório reconhecimento internacional, chegando ao destaque máximo da sua apresentação na Bienal de Veneza.

Mas não é o projeto, em si, que chama atenção. A qualidade da arquitetura desenvolvida por esse escritório está presente ali, na periferia, e na residência burguesa, que também projetam.

O que precisa ser destacado é que os arquitetos trataram uma pessoa comum com dignidade.

Entenderam que o compromisso do arquiteto é proporcionar uma melhoria da qualidade de vida às pessoas comuns, e com um gesto banal, tal como a transformação de um lote periférico. A casa da Dona Dalva distancia-se da arquitetura supérflua, aproxima-se da arquitetura comum, socialmente necessária.

Hoje, passados alguns anos, é possível reconhecer que a construção da casa de Dona Dalva teve um papel muito

importante para o meio arquitetônico brasileiro. Para os arquitetos, aquela pequena casa, estampada nas principais mídias do mundo, se passou como se fora uma bronca, escancarando o quão distante estávamos da realidade socialmente necessária.

No entanto, mesmo que sua presença fizesse com que grande parte dos arquitetos repensasse sua atuação, não se viu um desdobramento prático consistente que aproximasse os arquitetos da grande parcela da população que não tem acesso ao serviço de arquitetura.

Outro grande exemplo construído no Brasil é a obra Arena do Morro, no bairro Mãe Luiza, em Natal, no ano de 2014.

Desde que haja compromisso e responsabilidade social no desenvolvimento do projeto, esse caso mostra que *star architectes*, como o escritório Herzog & De Meuron, também realizam arquiteturas comuns.

Esse caso também é exemplar no que diz respeito à gestão financeira do investimento público, e do quanto esse comportamento pode transformar espaços de comunidades carentes, sem subjugar-las à indigência da forma.

Com a parceria do governo do Rio Grande do Norte e a prefeitura de Natal, o projeto foi conduzido pelo Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora da Conceição, financiado pela Fundação Ameropa e doado pelo escritório Herzog & De Meuron.

Com intencionalidade projetual de respeito às características do lugar, o projeto foi concebido exatamente como em todos os demais trabalhos desse escritório internacional. Para adequá-lo ao

emprego da mão de obra local, o projeto contou com a execução de *mockups* de todos os elementos construtivos.

O projeto é totalmente alinhado com as características ambientais da cidade de Natal, conhecida pelo calor e pela brisa. O projeto garantiu a ventilação natural por meio do design único de seus blocos curvos e vazados de concreto produzidos localmente.

A Arena do Morro mostra que é possível a realização de obras de excelente qualidade projetual, ainda que sejam pequenas em dimensão e de programa simples, mas atenta à realidade do local, às pessoas e ao orçamento disponível.

HOJE. POSSIBILIDADE DO DEBATE.

A Tese defendida em 2017 não previa que o mundo enfrentaria uma pandemia de proporção global. A necessidade de afastamento social e de interrupção parcial da atividade econômica tem levado o mundo inteiro, e de modo ainda mais dramático o Brasil, a uma crise econômica ainda sem clareza de sua dimensão.

Atualmente, em 2021, é possível imaginar que as implicações da pandemia no debate arquitetônico serão avassaladoras. As escolas de arquitetura enfrentam, desde março de 2020, a sua pior crise.

Em um primeiro momento, tiveram que inventar um modo forçado de ensinar arquitetura de modo remoto. Agora se esforçam para se manter financeiramente, mas muitas têm fechado as portas. Se a internet possibilitou, de um

modo ou outro, as atividades continuarem, a crise financeira tem obrigado à contenção de gastos a todo custo. Inclusive abrindo mão de práticas fundamentais para a formação do futuro arquiteto urbanista, ou até mudanças drásticas nos Projetos Políticos Pedagógicos, reduzindo os cursos ao estágio de quase incubação. E sem qualquer respiro criativo.

Portanto, pode ser que no futuro não teremos o problema do número de arquitetos recém-formados no mercado de trabalho, mas possivelmente teremos outros. De arquitetos formados em escolas que não ofereceram o mínimo necessário para a autonomia profissional do futuro arquiteto. Mas esse é um problema para o futuro.

O cenário para além das escolas não é muito otimista, ao menos em relação ao debate e à recuperação da ideação do arquiteto.

O futuro da profissão precisa ser encarado por aqueles que podem fomentar o amplo debate. Entidades de classe, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e CAU/UF, tem assumido esse papel fundamental de fomentar a troca de ideias.

O CAU/BR tem se esforçado em promover debates e transformá-los em ações práticas focadas ao socialmente necessário. Campanhas como o Mais Arquitetos e os diversos editais voltados para Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, desempenhado pelos CAU/UF, tem ampliado o acesso ao serviço

de arquitetura e urbanismo às camadas menos favorecidas da população além de promover o direito à moradia digna para quem realmente precisa.

Mas ainda há muito a ser feito.

Fundamentalmente, é preciso garantir

que os debates aconteçam. E futuramente promover debates que enalteçam a prática política dos arquitetos. Nesse momento delicado, o Brasil precisa de arquitetos com alto grau de consciência sobre sua ação projetual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACAYABA, Marcos. **Marcos Acayaba**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Ed 34, 2002.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BILL, Max. O arquiteto, a arquitetura, a sociedade. 1954 in: XAVIER, Alberto (org.). Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Brasil). Censo dos arquitetos e urbanistas do Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/censo/>> Acesso em: Março/2015.
- _____. Pesquisa CAU-BR/Datafolha: O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 01/2016.
- FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- _____. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Editor Vicente Wissenbach, 2005.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 23 ed. 2012.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2007.

- KOURY, Ana Paula. **Grupo Arquitetura Nova**: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro. São Paulo: Romano Guerra Editora; Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2003.
- LEFÈVRE, Rodrigo. **Uma crise em Desenvolvimento**. Revista Acrópole, n° 333, P. 25-26, 1966.
- LINARDI, Fabrício de Francisco. A desconexão contemporânea da práxis da arquitetura e do urbanismo no Brasil. **Tese**, 2017. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2017.
- _____. **A práxis contemporânea da arquitetura e do urbanismo no Brasil**: a desconexão contemporânea. São Paulo: Annablume, 2019.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Resenha por Lucinda Ferreira Prestes. Entrevistador: Miguel Alves Pereira. 06/07/1998. In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros. (Org.) **Cadernos de arquitetura FAUUSP**: registro do pensamento e da produção dos arquitetos da FAUSP, nos últimos 25 anos. v. 2. São Paulo: Pini/FUPAM, 2001.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SILVA NETO, Manoel Lemes da. Implicações da aceleração contemporânea na escala local: o caso do Estado de São Paulo. 1998. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSO. São Paulo, 1998.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração**: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.